

A dinâmica da construção de um conflito ambiental: indignação, formulação e operação das críticas ao projeto hidrelétrico “HidroAysén” no Chile.

Avance de investigación en curso

GT 15 - Medio ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

Yara Paulina Cerpa Aranda¹
Jalcione Almeida²

Resumo

Esta investigação em curso tem como tema o processo de construção de um conflito ambiental. Para tanto, buscaremos caracterizar e interpretar as gramáticas dos agentes que sustentam as ações e mobilizações coletivas contrárias ao projeto hidrelétrico “HidroAysén”, proposto para a Região de Aysén, ao sul do Chile. Criado oficialmente em 2006 e aprovado em 2011, o projeto HidroAysén prevê a construção de cinco represas na região comumente denominada Patagônia Chilena. Para o tratamento analítico apostamos na associação de dois referenciais teóricos que se complementam: a perspectiva pragmática da sociologia da ação, de Luc Boltanski e colaboradores e a síntese construcionista de John Hannigan na abordagem dos problemas ambientais.

Palavras chaves: Conflitos ambientais; HidroAysén; Sociologia dos Regimes da Ação.

Apresentação

Este artigo apresenta partes da pesquisa de mestrado em andamento que tem como tema o estudo do processo de construção de um conflito ambiental. Para tanto, busca-se interpretar o conflito acerca do projeto hidrelétrico “HidroAysén”, proposto para a Região de Aysén³, ao sul do Chile (Figura 1), caracterizando e interpretando as diferentes gramáticas evocadas pelos agentes que sustentam as ações e mobilizações coletivas contrárias ao projeto. O empreendimento conhecido com a marca “HidroAysén”, criado oficialmente em 2006, é o maior e também o mais controvertido projeto de infraestrutura da história chilena. Com investimentos na ordem de US\$ 3,2 bilhões, precisará inundar 5.910 hectares e prevê a construção de cinco represas na região comumente denominada Patagônia Chilena: duas represas no Rio Baker e três no Rio Páscua para instalar uma potência de 2750 MW.

Além dos impactos da inundação estão em discussão os impactos dos mais de 2000 quilômetros de extensão dos cabos de energia que passariam por nove regiões do país.

¹ Mestranda em Sociologia (PPGS/UFRGS).

² Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS – www.ufrgs.br/pgdr/temas). Pesquisador CNPq.

³ A Região Aysén del General Carlos Ibáñez del Campo (também conhecida como Região de Aysén, Aysén, Aisen ou XI Região) é uma das 15 regiões em que se encontra dividido o Chile. Limita ao norte com a Região dos Lagos, ao Sul com a Região de Magalhães e a Antártida Chilena, ao Leste com a República Argentina e ao Oeste com o Oceano Pacífico. Patagônia Ocidental, Aysén conta com uma superfície de 108.494,4 km², com uma pop. de estimada em 2012 de 104.843 habitantes, sendo a região menos povoada e menos densa do país. A Região de Aysén, para efeitos de governo e administração interior, se divide em 4 províncias: Aysén, Coihaique, General Carrera, Capitán Prat.

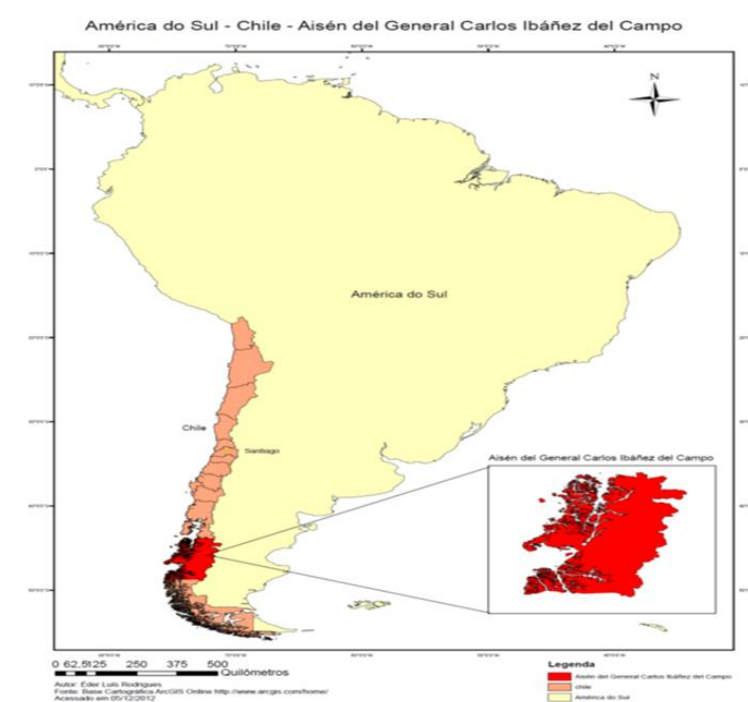


FIGURA 1 – Mapa de localização da Região de Aysén. Elaborado por Éder Luis Rodrigues. Fonte: Base Cartográfica ArcGIS Online <http://www.arcgis.com/home/>. Acesso em: 5 dez. 2012.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se uma breve contextualização do conflito, em seguida expõe-se o referencial teórico utilizado na pesquisa e na última seção um breve relato do andamento do trabalho de campo ainda em curso e algumas considerações baseadas nas primeiras impressões de contato direto com os grupos e agentes envolvidos no conflito em questão.

Contextualização do conflito

Para apresentar brevemente o recorte empírico e o contexto em que se situa esta pesquisa estabelecemos, com base num levantamento preliminar de campo, o estudo no espaço temporal compreendido entre os anos de 2005 e 2013 e dividimos o processo de discussão em três grandes fases: *Criação do Projeto* (2005-2007), *Aprovação* (2008-2011) e *Suspensão* (2013). A seguir, uma breve descrição de cada fase.

Na fase de “*Criação do Projeto*”, no período entre 2005 e 2007, tem-se não somente a criação da empresa responsável pelo empreendimento, como também as primeiras movimentações contrárias ao projeto. Centrais Hidroelétricas de Aysén S.A foi oficialmente criada em 2006 com o propósito de levar adiante o “Projeto Hidroelétrico de Aysén”, por meio da sociedade anônima integrada por Endesa Chile e Colbún S.A.⁴. O empreendimento conhecido com a marca “HidroAysén” é o maior e também o mais controvertido projeto de infraestrutura da história do Chile. Com investimentos na ordem de US\$ 3,2 bilhões, precisará inundar 5.910 hectares e prevê a construção de cinco represas na Patagônia Chilena (MEMORIAL, 2011). Calcula-se que o período de construção das cinco represas levaria cerca de doze anos e implicaria no deslocamento de milhares de trabalhadores para a região. Além dos impactos da inundação estão em discussão os impactos dos mais de 2000 quilômetros de extensão dos

⁴Endesa Chile é uma filial de Enersis S.A., que por sua vez é controlada pela empresa hispanoitaliana Endesa (Enel). Colbún é uma empresa hidroelétrica chilena cujos principais acionistas são *Mineria Valparaíso S.A.* (Grupo Matte), conun 34,97% e *Electropacifico Inversiones Ltda.* (28,6%).

cabos de energia que passariam por nove regiões do país, obra já licitada pela Energía Austral, subsidiária de Xstrata Cooper⁵.

Também nesse período ocorre a fundação de uma das entidades fundamentais no estabelecimento do debate em torno ao projeto, o Conselho de Defesa da Patagônia (CDP), entidade virtual e sem personalidade jurídica, que reúne 68 entidades e ONGs distintas⁶. Até o momento, o Conselho de Defesa da Patagônia destaca-se como responsável pela campanha e pelo movimento *Patagonia Chilena Sin Represas*⁷, que inclui o lançamento de site de notícias, livros, estudos científicos, panfletos, shows e diversos tipos de propagação das reivindicações em torno à discussão.

Na segunda fase de discussão, a “*Aprovação do Projeto*”, entre 2008 e 2011, destaca-se o ingresso do estudo de impacto ambiental na comissão de avaliação, a apresentação do projeto às comunidades mais diretamente afetadas e o fortalecimento das campanhas publicitárias em nível nacional por parte da empresa e, por fim, a aprovação do projeto. É neste período que a empresa se apresenta às comunidades futuramente afetadas com o empreendimento, comprometendo-se com uma série de compensações, como: energia com menos custos; programa de Cadeia de Alimentação; programa de bolsas de estudo; programa de melhoramento da infraestrutura educacional; programa de Mão obra Local; Cadastro de Fornecedores; Fomento ao Desenvolvimento Social (MEMORIAL, 2011).

É nesta fase que ocorre o principal momento do processo de discussão do projeto: no dia 9 de maio de 2011, a “Comisión de Evaluación Ambiental” (CEA) da Região de Aysén, concede a “Resolución de Calificación Ambiental favorável ao projeto HidroAysén, desencadeando uma série de manifestações por todo o país.

A terceira fase do processo, a “Suspensão”, que inicia em 2012, ocorre com a suspensão da tramitação legal da segunda fase da obra que trata da construção dos cerca de 2000 quilômetros de extensão dos cabos de energia que passariam por nove regiões do país, incluindo diversas reservas ecológicas. Pela falta de “uma política nacional de consenso nos temas energéticos”, a empresa Colbún S.A. sugere a retirada da tramitação ambiental das linhas de transmissão (LA TERCERA, 30 de maio 2012).

Liberona (2011) assinala diversas razões que podem contribuir para entender porque a aprovação deste e outros projetos provocam desconfiança: a) as autoridades que aprovam ou rejeitam um projeto são designadas direta ou diretamente pelo Presidente da República. Isso porque o órgão chamado a tomar este tipo de decisão é a Comissão de Evaluación Ambiental⁸, que é presidida por um intendente regional, um cargo de confiança nomeado pelo presidente e os demais secretários regionais ministeriais (SEREMIS)⁹; b) o histórico questionável dos processos de licitação ambiental; c) indícios de conflitos de interesses que poderiam ter alguns funcionários públicos que deveriam emitir opinião sobre o projeto.

No entanto, nem governo, nem empresa e tampouco as organizações contrárias que integram o *Consejo de Defensa de La Patagonia* e que destinaram todos seus esforços a preparar o cenário e gerar expectativas, pois previa que projeto seria aprovado pela *Comisión de Evaluación Ambiental* da região de Aysén, esperavam uma resposta tão contundente da população: um forte rechaço da população

⁵Mineradora Suíça.

⁶*Greenpeace, Cooperación Chile Ambiente, Coordinadora de Afectados por Grandes Embalses (COAGRET/España), Agrupación de Defensores delEspiritu de laPatagonia, Associazione Studi America Latina Italia*, entre outros

⁷Site do movimento “Patagonia Chilena sin Represas”:

<http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2012.

⁸A Comisión de Evaluación Ambiental avaliou a construção de cinco represas nos rios Pascua y Baker (INGA, 2011)

⁹SEREMI é a sigla que denomina ao Secretario Regional Ministerial, quem é o representante do Ministro respectivo em cada região. O SEREMI dirige a Secretarias Regionais Ministeriais do Chile, estes são órgãos desconcentrados dos Ministérios do Estado, que existem em cada uma das regiões do Chile (INGA, 2011, tradução livre)

atingida que contou com a adesão de vários setores políticos, religiosos, estudantes, ambientalistas, artistas e organizações internacionais.

Para Liberona (2011), a polêmica sobre HidroAysén no primeiro semestre de 2011 foi emblemática e marcou de modo jamais visto o advento da temática ambiental na agenda pública chilena. De fato, o país, no ano de 2011¹⁰ foi marcado por massivas manifestações e pelo amplo descontentamento social por parte de cidadãos e estudantes. Em diversas frentes as manifestações e as marchas públicas impulsionadas neste período colocaram em xeque o denominado “modelo econômico chileno”. Embora posteriormente tenha sido ofuscada pela força das mobilizações estudantis, que colocaram em pauta, principalmente, o sistema educacional, o caso das represas na Região de Aysén é considerado por alguns autores como a problemática que inaugura e desata a explosão social vivida em 2011. Até o mês de maio daquele ano, a quantidade de pessoas mobilizadas sob o lema “*Patagonia Sin Represas*” superavam todas as cifras referentes a manifestações públicas realizadas desde a redemocratização. (MIRA, 2011; GAMBOA e SEGOVIA, 2012; IGLESIAS VÁZQUEZ, 2011).

O fato, considerado por alguns autores como emblemático e provocador das manifestações, ocorre no dia 9 de maio de 2011, a 2300 km de Santiago, em Coyhaique, Região de Aysén, com a aprovação do projeto pelas autoridades ambientais (GAMBOA e SEGOVIA, 2011). Na ocasião, cerca de 500 pessoas aguardavam no local o resultado da votação. Com a aprovação, o protesto tornou-se violento e alguns mais exaltados chegaram a apedrejar o local. Ao mesmo tempo, em Santiago entre 3500 e 5000 pessoas marcharam em contra a aprovação, com saldo de 53 detidos e 11 policiais feridos. (IGLESIAS VÁZQUEZ, 2011, p. 3).

Tras la aprobación de HidroAysén, el 9 de mayo, el escenario cambió radicalmente (...) Lo que hasta entonces era básicamente un conflicto por las instalaciones de cinco megacentrales hidroeléctricas en la Patagonia chilena, se transformó en un estallido social y una sumatoria de manifestaciones. Además, ya no sólo cuestionaba HidroAysén, sino que se sumaron lo que hasta entonces parecían simples conflictos locales aislados, denuncias de irregularidades, rechazo a HidroAysén y a otros tantos proyectos. El ciudadano común salió una y otra vez a las calles a manifestar su rechazo a aprobación de HidroAysén, en una escena se repitió en diversos lugares de Chile: Arica, Iquique, Valparaíso, La Serena, Talca, Valdivia, Concepción, Puerto Montt y por supuesto Coyhaique, e incluso hubo manifestaciones fuera del país (LIBERONA, p. 219).

No dia 13 de maio, quatro dias após a aprovação do projeto, uma convocatória realizada às pressas por meio das redes sociais mobiliza cerca de 40 mil pessoas no centro de Santiago. Dias depois, em plena véspera de feriado nacional, o *Conselho de Defesa da Patagônia* consegue mobilizar cerca de 80 mil pessoas no centro de Santiago sob o lema "Patagônia Sem Represas".

Esta aprobación inauguró y catalizó el potencial descontento en variados sectores y movilizó manifestaciones masivas que dieron paso a un “movimiento ciudadano” cuyas demandas ya sobrepasan los embalses y se proyectan a la democratización del país. Aproximadamente 80.000 personas marcharon el viernes 20 de mayo por el centro de Santiago (según la policía, 40.000), 50.000

¹⁰Definitivamente, 2011 é o ano que os chilenos saíram “a la calle” e os dados oficiais corroboram essa constatação: apenas na região metropolitana de Santiago, foram autorizadas 240 marchas – contra 134 em 2010 – o que corresponde a uma média de 20 marchas mensais (PÉREZ, 2012 *apud* GAMBOA e SEGOVIA, 2012, p.67).

el sábado 21 del mismo en el puerto de Valparaíso, (capital de la V región, ubicada 120 kilómetros al norte de la capital, lugar en el que el mandatario de turno hacía su rendición de cuenta anual al parlamento) y decenas de miles más en 26 ciudades (MIRA, 2011, p. 198).

Conforme uma reportagem especial, publicada em 22 de maio de 2011 em um jornal de grande circulação, intitulada *O GranRemezón* (O Grande Abalo) as mobilizações tomaram de surpresa governo, congresso e até mesmo o movimento *PatagoniaSin Represas* que não haviam previsto que a convocatória tomasse tal magnitude. Na ocasião, o *Ministro del Interior y Seguridad Pública*, Rodrigo Hinzpeter, afirmou que “os ambientalistas haviam *profissionalizado* o descontentamento com o projeto”. No campo político, membros da Concertação, coalização de centro-esquerda governista na ocasião de apresentação do projeto, recordaram que a campanha contrária começou a ser gerada em 2005, em Coyhaique, por meio de algumas ONGs, no entanto, poucos esperavam que a iniciativa terminasse competindo à mesma altura da campanha de HidroAysén, com outdoors próximos aos aeroportos, avisos televisivos e recursos internacionais (LA TERCERA, 22 de maio de 2012).

Do outro lado, governo e empresa lançaram mão de diversas estratégias para legitimar o empreendimento, com uma pesada e alarmante campanha (TV e outras mídias) sobre a insuficiência energética do país e as garantias de sustentabilidade do projeto hidrelétrico, como fonte de energia limpa e renovável. Encabeçados pelo *slogan* “A favor de lacorriente, HidroAysén, Chile con energia” e “a favor del agua”, a campanha a todo momento se esforçou em oferecer exemplos dos perigos da carência de energia que o Chile está submetido nos próximos anos (vídeos disponíveis na web veiculados pela mídia mostram uma fábrica paralisando a produção, ou um estádio de futebol às escuras, um hospital paralisado por um apagão).

Diante do contexto apresentado, consideramos pertinente a análise do processo de emergência do projeto hidrelétrico “HidroAysén” não apenas como um assunto público, mas como uma denúncia pública de injustiça. Buscando estabelecer a trajetória dos eventos a fim de compreender de que forma um “problema” localizado, tão distante do centro do país, foi/é capaz de mobilizar tantas pessoas em torno de uma “causa” e aos poucos é capaz de promover debates mais amplos sobre o abastecimento e soberania energética, a defesa da Patagônia, entre outros.

Entendemos que a problemática vai se constituindo na medida em que se constituem diferentes espaços e processos de circulação pública de versões a respeito do assunto em questão, suscitando uma série de indagações preliminares: o que está em jogo nesse embate? Quais são os recursos e estratégias utilizadas para legitimar cada posicionamento? Quais são os argumentos para legitimar suas formas de apropriação do espaço em disputa?

Podemos dizer que tais questionamentos impulsionam uma discussão que aparece alimentada por diferentes gramáticas que embasam as diferentes ordens de justificação das partes envolvidas. Por isso, para abordar a problemática aqui colocada, assumimos a perspectiva construtivista dos problemas sociais, no qual o processo de argumentação é tratado como mais importante do que a tarefa de avaliar se estes argumentos são válidos ou não (DOSSE, 2003; CORCUFF, 2001; SPECTOR e KITUSE, 1976 *apud* HANNIGAN, 2009).

A sociologia da pluralidade dos regimes da ação e a síntese construcionista de John Hannigan na abordagem dos problemas ambientais.

Para este trabalho, como referencial teórico, optou-se, como ponto de partida, pela abordagem sociológica pragmática, com ênfase na sociologia dos regimes da ação de Luc Boltanski, em conjunto com a síntese construtivista da constituição dos problemas ambientais de John Hannigan.

A opção pela perspectiva pragmática de Boltanski neste trabalho parte da necessidade de entender como se configura o “grupo” contrário ao projeto, buscando captar como ocorrem os deslocamentos entre o caso particular e o interesse geral, ou como se constroem “as equivalências entre pessoas para fazer emergir *um interesse comum*” (CORCUFF, 2001, p.140), pois, bastou uma breve pesquisa documental exploratória sobre o conflito em questão para notar a pluralidade de concepções, interesses e características entre os agentes atuantes. Apenas no Conselho de Defesa da Patagônia têm-se 68 distintas ONGs, entidades ou grupos reunidos, nacionais e internacionais, entre os quais figuram grupos com ideários conservacionistas, preservacionistas, grupos preocupados em preservar a cultura patagônica, entre outros. Outro exemplo, que marca a heterogeneidade do grupo contrário, é a atuação do Bispo de Aysén, Dom Luis Díaz Infante de la Mora que considera a implementação do projeto na região “uma nova espécie de colonialismo”¹¹. Na arena política, por exemplo, políticos de distintas tendências se destacaram na discussão, no entanto, sem dúvida o senador pela região Antonio Horvath militante de um partido de direita, foi líder e referência sobre o tema atuando incansavelmente contra a aprovação do projeto (LIBERONA, 2011).

A proposta apresentada por Boltanski e colaboradores (BOLTANSKI 2000; BOLTANSKI e CHIAPELLO 2009; THÉVENOT LAFAYE, 1993). fala sobre como a sociologia pode tratar e analisar questões ou problemas relacionados com a justiça, à crítica e à justificação.

Os teóricos da justificação observam os litígios, as disputas, as contendas, as cenas, e discórdias de todo tipo, nas quais a grandeza relativa das pessoas é publicamente colocada em pauta. Com a finalidade de analisar as operações críticas (denunciar, disputar, acusar, justificar, etc.) Boltanski e Thévenot construíram um modelo pragmático baseado na competência do julgamento que os atores manifestam sem recorrer à violência, tendo como referência os valores gerais das “cidades” e se apoiando sobre objetos comuns, os “dispositivos” (VANDENBERGUE, 2006)

Segundo Boltanski, o sociólogo deve abordar a qualificação singular e ou coletiva de um caso como produto da atividade dos atores, no lugar de tratar coletivos como se já estivessem plenamente constituídos; apreender as operações de construção dos coletivos examinando a formação das causas coletivas, ou seja, a partir da dinâmica política (BOLTANSKI, 2000).

Uma das grandes preocupações de Boltanski é deslocar a posição da crítica como privilégio do sociólogo para o ator social (DOSSE, 2003). Este é um dos pontos de ruptura com a “sociologia crítica” que, para Boltanski, é essencialmente uma sociologia da denúncia, na qual o investigador em ciências sociais reivindica para si a capacidade de apresentar uma perspectiva da realidade diferente e superior à dos agentes:

Para efetivar a ruptura com o paradigma crítico, Boltanski defende que o trabalho investigativo deve “definir um procedimento capaz de fornecer os meios para analisar a denúncia enquanto tal e tomar por objeto o trabalho crítico operado pelos próprios agentes” (BOLTANSKI, 2000, p. 37, tradução livre). Assim, para estudar as atividades críticas dos agentes e tomar por objeto a sociedade crítica devemos assumir uma exterioridade mais elevada do que aquela com qual se contenta a sociologia crítica. O que não significa que não haja uma assimetria entre investigador e ator, somente que adquire outra forma. Em efeito, Boltanski propõe que a atividade do sociólogo seja a “de reconstituir, da maneira mais completa possível, o espaço crítico no qual se constrói e se joga o caso”. (BOLTANSKI, 2000, p. 54, tradução livre). Igual a um juiz, explica Boltanski (2000), o sociólogo da crítica coloca em cena o processo recolhendo e registrando os informes dos atores e seu informe de investigação é acima de tudo uma ata destes registros, um informe de informes.

¹¹ Entrevista de Dom Infante de la Mora concedida dia 18 de outubro de 2012 para a revista Instituto Humanitas Unisinos : <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514629-hidreletricas-na-patagonia-o-novo-colonialismo-entrevista-especial-com-dom-luis-diaz-infante-de-la-mora>. Acesso em 28 nov. 2012.

Nesse sentido, para o autor, somente diremos que somos capazes de compreender as ações das pessoas quando, com o uso deste modelo, tenhamos recuperado as coações que os agentes deveriam tomar em conta, numa dada situação, para fazer com que suas críticas ou suas justificações resultassem aceitáveis para os demais. Estes modelos são produtos de um trabalho de elaboração realizado a partir dos argumentos colocados pelos agentes e pelas situações em que se desenvolvem (BOLTANSKI, 2000). Um trabalho de “modelização”, que consistiria em:

(...) reconstituir la competência a que los actores deben poder tener acceso para producir, em situaciones determinadas, argumentos aceptables para los demás o , como suele decirse, convincentes, esto es, capaces de sostener una pretensión de inteligibilidad y dotados también de um elevado grado de objetividad y, por consiguiente, de universalidade.(BOLTANSKI, 2000, p. 59)

O regime da justificação pública, por exemplo, é um regime de ação entre outros. Em *El amor y la Justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*, Boltanski (1990) distingue quatro regimes pragmáticos de ação: o amor, a justiça, a justeza e a violência. Mais adiante veremos que autores como Lafaye e Thévenot vão explorar os regimes de ação em situações em que o ambiente se desloca para o centro das discussões.

A sociologia dos regimes de ação aparece como uma operação de colocar *em ordem a diversidade* dos recursos usados pelos atores, bem como das propriedades dos cursos de ação. O aprofundamento de tal perspectiva passa, sobretudo por uma exploração mais sistemática das passagens entre regimes de ação, ou seja, por colocar em relação diferentes aspectos (interiorizados e exteriorizados) da realidade social. Trata-se de levar em conta a *heterogeneidade* interna da ação, buscando pensar suas *articulações* (CORCUFF, p. 183, 2001).

Ao levar em conta os diferentes regimes de ação e a capacidade das pessoas para passar de um regime a outro, Boltanski pretende realizar uma descrição realista do mundo social. É desta forma, que a sociologia da ação pretende dar a sua maior contribuição para a sociologia: levar a sério as habilidades críticas dos indivíduos e sua capacidade de chegar aos princípios de equivalência (DE BLIC, 2000).

O modelo de justificação pública, proposto por Boltanski e seus colaboradores, foi confrontado a diferentes terrenos empíricos, sobre o modo de uma construção sistemática que nunca existe tal como a realidade observada, mas justamente serve de instrumento de investigação (CORCUFF, 2001). Nesse sentido, autores como, Claudette Lafaye, Laurent Thévenot e Olivier Godard, exploraram a potencialidade de análise da sociologia dos regimes da ação no entendimento das questões conflitivas referentes à questão ambiental.

Lafaye e Thévenot (1993) partem da constatação de que a “natureza” é cada vez mais evocada nas relações entre os seres humanos: desde caçadores buscando garantir seu campo de caça que evocam a natureza sob o pretexto de “manter o equilíbrio de um ecossistemas”, passando por pessoas preocupadas em proteger sua propriedade privada diante de grande projetos, à grupos sociais mais amplos ou atores institucionais de defesa do meio ambiente. Assim, o desafio seria instaurar uma análise da “naturalização” ou da “ecologização” dos processos sociais enfatizando o processo de argumentação. Para estes, interessa compreender como, em diferentes contextos, os argumentos ecológicos passam de casos particulares ao geral.

Segundo Lafaye e Thévenot, a sociologia dos movimentos sociais teria desenvolvido suas análises sobre as mobilizações políticas em torno da ecologia sem estabelecer exatamente de que

maneira se constroem tais interesses coletivos. “Seria uma solidariedade idêntica àquela que se mobiliza em torno de direitos sociais? Como determinados projetos extrapolam os interesses particulares e formam atores coletivos?” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 495, tradução livre).

Para esclarecer tais questionamentos, os autores buscaram ordenar os diferentes argumentos que se apresentam nas disputas que envolvem a “natureza” e observaram a necessidade de uma qualificação ambiental das justificativas diferente das justificativas já consideradas legítimas, visando o estabelecimento do ambiente como um “bem comum” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993).

Assim, os autores sugerem que além da atenção na diversidade de vozes dos atores envolvidos na questão ambiental, também convém levarmos em conta os argumentos e os recursos mobilizados. Por exemplo, nas primeiras mobilizações com preocupações ecológicas, que marcaram a década de 1970, especificamente na luta anti-nuclear, estava em jogo não apenas a questão ambiental, mas também o bloqueio de informações para um debate público e democrático. Conforme estes autores, estas primeiras mobilizações tinham uma orientação crítica e suas denúncias estavam enraizadas na rejeição de valores e ideais de progresso e na denúncia de um estado totalitário (LAFAYE; THÉVENOT, 1993).

Por fim, ao analisar e organizar diferentes argumentos ecológicos a hipótese dos autores é que a construção de uma justificativa ecológica passa do local para o geral. Como bem observa Acselrad (2005), na perspectiva destacada, “ao contrário de uma causa universal ecológica que se manifestaria através de atores particulares, como sugere com frequência o debate corrente, observa-se uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis” (ACSELRAD, 2005, p. 19).

A literatura coloca que a evolução dos distintos debates apontaria para uma nova ordem de grandeza, uma “magnitude ecológica”, que envolve um questionamento radical das gramáticas (regras) política e moral comum presente em diferentes formas de justificação. O que está em questão é a capacidade das associações tornarem aceitáveis a defesa de seus interesses diante de administradores, planejadores, autoridades eleitas e até mesmo outras associações.

de “atestação científica” dos argumentos, mas a as estratégias discursivas de persuasão enquanto pretensão Com base em diferentes matrizes argumentativas, sustentam eles, são acionados no debate público as categorias destinadas a justificar os objetivos desejados. Não são decisivas nestes embates a “veracidade” ou a capacidade a tornar gerais objetivos determinados (ACSELRAD, 2005, p. 20).

O debate acerca das ordens de justificação que vigoram nos embates ambientais está longe de ser esgotado. Vale lembrar a contribuição de Olivier Godard¹² (1989) que, tomando de empréstimo a tipologia das “cidades” de Boltanski e Thevenot, se esforçou em escrever uma tipologia fundamentada nas ordens de justificação ecológicas. Consideramos que a discussão apresentada brevemente neste capítulo deve ser mais bem explorada e destacada, assim, esperamos que ao logo do processo de pesquisa possamos identificar os argumentos lançados na construção da defesa da “Patagônia” e assim esclarecer as condições de instauração de princípios de equivalência evocados para legitimar acordos e estabelecer a denúncia do projeto HidroAysén como uma injustiça.

¹²Seis cidades são identificadas por Godard: a de “natureza inspirada” (que aciona critérios de singularidade, gratuidade e integridade); a de “natureza de renome ou da fama” (fundada na celebridade/monumentalidade reconhecida); a de “natureza doméstica” (confiável, identitária, dotada de memória); a de “natureza cívica” (remetendo à ideia de cidadão livres e iguais expressos na ação de instituições coletivas de representação do interesse geral); a natureza industrial (critérios de funcionalidade e eficácia); de mercado (associada à regulação pela escassez de bens raros) (ACSELRAD, 2004; GODARD, 1989).

De modo complementar, também lançamos mão da abordagem construcionista ou construtivista dos problemas sociais organizada por JonhHannigan.

Basicamente, Hannigan propõe demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas são o resultado de um processo de construção multifacetado. Para caracterizar os problemas ambientais, estes são representados como visões fluentes que são baseadas culturalmente e contestadas socialmente. Assim, trata-se do estudo dos dispositivos mediante os quais os processos de comunicação, processamento discursivo, orientação normativa, formam e transformam o debate ambiental.

Deste ponto de vista as relações sociedade e natureza e os problemas ambientais a elas relacionados, compreende uma construção social que se exprime mediante uma variedade muito ampla da experiência negociada, estendendo-se das formas de representação mística até a científica. Assim, as definições ambientais podem diferir igualmente ao longo das linhas étnicas e de classe, variando de acordo com circunstâncias históricas e experiências de vida compartilhadas (HANNIGAN, 2000 *apud* MATTEDI, 2003, p. 8).

A partir daí os problemas sociais passaram a ser vistos “como as atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações a organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis” (BEST, 1973 *apud* HANNIGAN, 2009, p. 48). Deste ponto de vista, o processo de criação de exigências é tratado como mais importante.

Contudo, destaca Hannigan, embora os problemas ambientais sejam similares em muitas formas aos problemas sociais gerais, há algumas diferenças importantes: os problemas ambientais, tais como a contaminação ou o aquecimento global, são ligados às descobertas científicas e têm uma base física mais contundente do que os problemas sociais, que são mais enraizados em problemas pessoais e convertidos em questões públicas (HANNIGAN, 2009).

Porém, a percepção de um problema ambiental depende de múltiplos fatores, cabendo à sociologia ambiental, conforme Hannigan, analisar como os problemas ambientais são *montados*, *apresentados* e *contestados*. No entanto, segundo o autor, os argumentos ambientais devem possuir elementos que garantam vitalidade e reputação ao problema, para não perecerem em um mar de desinteresse e irrelevância. Assim, segundo o autor, para garantir a construção bem sucedida de um problema ambiental e da formulação de exigências constam como fatores de influência:

- autoridade científica para a validação dos argumentos;
- a existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência;
- atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante;
- dramatização do problema em termos simbólicos e visuais.
- incentivos econômicos para uma ação positiva;
- recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade (HANNIGAN, 2009, p. 119).

Neste sentido, no trabalho aqui proposto buscaremos estabelecer de que modo a crítica se consolida e se articula com os elementos acima mencionados para a construção bem sucedida de um problema ambiental.

Da indignação à operação das críticas: breve relato do campo e algumas considerações

A coleta de dados da pesquisa está sendo realizada a partir de uma combinação de técnicas qualitativas, tais como: observação participante, entrevista em profundidade e pesquisa documental. Entre maio e agosto foi realizada a ida à campo, o que significou uma viagem ao Chile, com uma curta permanência em Santiago para realizar os primeiros contatos com agentes contrários ao projeto e para organizar a ida ao local do conflito, Aysén, distante mais de 2000 mil quilômetros da capital chilena.

Conforme a perspectiva pragmática, para estabelecer as gramáticas que compõem uma denúncia pública de injustiça é preciso caracterizar primeiramente o sistema actancial denúncia¹³, que conforme a perspectiva pragmática de Boltanski (2000) consiste em um sistema de relações entre quatro actantes: 1) aquele que denuncia; 2) aquele que se favorece com a denúncia; 3) aquele contra quem se apresenta; 4) aquele a quem se dirige a denúncia. Neste sentido, apresentam-se aqui as primeiras pistas deste sistema actancial.

Na região de Aysén, especificamente na província de Capitán Prat, foram visitados quatro municípios: Coyhaique (capital de Aysén) com aproximadamente 50 mil habitantes, Cochrane com cerca de 3000 habitantes, Caleta Tortel com 507 habitantes e Villa O'Higgins também com aproximadamente 500 habitantes. Até o momento foram realizadas cinco entrevistas em Cochrane, cinco em Tortel, onze em Villa O'Higgins, e dezenove em Coyhaique, com uma média de uma hora e meia de duração cada. Entre os entrevistados estão prefeitos, vereadores, empresários, membros de ONGs, camponeses atingidos diretamente, membros de agrupamentos comunitários, um representante do Vicariato Apostólico de Aysén, jornalistas, entre outros. De modo incipiente, as entrevistas estão em fase transcrição e análise.

A pesquisa de campo tem permitido notara diversidade de grupos a nível regional: organizações ambientalistas de caráter conservacionistas como “Conservación Patagónica”, camponeses, agrupamentos de mulheres como o “Mujeres Unidas por los Ríos Libres”, movimento de jovens com um caráter mais popular e de confronto, como o “Jovenes Coyhaiquinos” e de jovens universitários como o “Jovenes Tehuelches”, movimentos com caráter religioso como o “Comité Oscar Romero”, entre outros. Além das atividades que cada organização realiza em sua localidade ou em sua área de atuação, grande parte das organizações da região compõem a “Coordinadora Regional Anti-Represas de Aysén”, criada em 2011 com a intenção de trazer a público os argumentos e os acordos entre os distintos movimentos por meio de informes, comunicados ou manifestos, organizar distintas ações que objetivam dar visibilidade às tentativas de avanço do projeto e abusos da sociedade HidroAysén e também para pressionar autoridades políticas ou estatais a se posicionar diante de cada alteração nos rumos do conflito.

Desta forma, percebemos um esforço permanente em estabelecer princípios de equivalências no sentido a que se refere a abordagem de Boltanski (2000).

Para tornar viável a denúncia pública do projeto HidroAysén como uma injustiça e conseqüentemente tomar a agenda nacional de debates foi fundamental estabelecer uma dinâmica de comunicação e formulação de denúncia articulada com as organizações em Santiago, reunidas no Consejo de Defensa de la Patagonia (CDP). Assim, além de manter e difundir a campanha “Patagonia Sin Represas” a nível nacional e mais recentemente, fazendo menção às eleições presidenciais, levando adiante a campanha “Vota Sin Represas” é a entidade responsável pela contestação pela via judicial do estudo de impacto ambiental.

A pesquisa de campo até agora permitiu perceber que os argumentos contrários ao projeto vão desde a destino da energia que seria gerado pelo empreendimento, ao impacto social que causaria a instalação de 5000 trabalhadores numa região que somados não chega a 4000 habitantes (Cochrane,

¹³Conforme Boltanski (2000), o termo actante refere-se ao mesmo sentido dado por Bruno Latour (LATOURE, 1984 *apud* BOLTANSKI, 2000). Trata-se de denominar os seres que intervêm na denúncia com o mesmo termo, sejam seres individuais, coletivos ou em vias de constituição.

Tortel e Villa O’Higgins), as alteração do entorno e a ausência de meios institucionais de consulta cidadã.

Mesmo estando numa fase de concepção e planejamento percebe-se que desde que a discussão sobre HidroAysén se instalou no cotidiano das pessoas muitas mudanças ocorreram na então tranquila Patagônia: a divisão entre opositores e favoráveis ao projeto, a violência de Estado que pela primeira vez se fez presente na região, a necessidade de realizar manifestações nas ruas, entre outras modificações. Ainda assim, grande parte dos entrevistados declarou-se otimista com a capacidade de mobilização em “defender” a Patagônia da ameaça que representa o projeto HidroAysén.

No entanto, essas são apenas algumas impressões apreendidas do início da análise e organização do que foi coletado no trabalho de campo e que, portanto, serão melhor exploradas analiticamente.

Referências

- BOLTANSKI, Luc. *El amor y la Justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 2000.
- BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo. Martins Fontes, 2009.
- CORCUFF, P. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: EDUSC, 2001.
- DOSSE, François. *O Império dos Sentidos: a Humanização das Ciências Sociais*. Bauru EDUSC, 2003.
- GAMBOA, Ricardo; SEGOVIA, Carolina. *Chile: el año que salimos a la calle*. Revista de Ciencia Política, Volumen 32, Nº 1, 2012, p. 65-85.
- GODARD, Olivier. Jeux de natures : quand le débat sur l’efficacité des politiques publiques contient la question de leur légitimité, in. Mathieu et M. Jollivet (dir.), *Du Rural à l’environnement – La question de la nature aujourd’hui*. Paris, ARF éditions/ L’Harmattan, 1989, pp. 303-342.
- HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.
- IGLESIAS VÁZQUEZ, Mónica. Chile 2010: In Crescendo. *Informe de coyuntura sobre conflicto social en OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año XII, Nº 29, mayo.2011
- LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique? *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993.
- LIBERONA, Flavia. Descontento ciudadano frente a política ambiental: el estallido de Hidroaysén. *Barómetro de Política y Equidad. Nuevos actores, nuevas banderas. Chile*. Fundación Equitas, Oct. 2011.
- MEMORIAL, anual 2011. *Memoria anual 2011, HidroAysén*. Publicação disponível para download no site da empresa. <http://www.hidroaysen.cl/index.php/04/memoria-hidroaysen-2011/> Acesso em 05/08/2012.
- MIRA S, Andrea. *Crise de representatividade y estallido social: Una aproximación a la actual experiencia chilena*. Revista de Universidad Bolivariana, Volumen 10, Nº 30, 2011, p.185 – 197
- VANDENBERGUE, Frédéric. *Construção e crítica na nova sociologia francesa. Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n. 2, maio/ago. 2006, p.315-366.